



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681156 - PB (2021/0225036-5)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : ANA LUIZA VIANA SOUTO
ADVOGADO : ANA LUIZA VIANA SOUTO - PB020878
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : ABRAVANEL BRUNO ALVES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* sem pedido de liminar impetrado em favor de ABRAVANEL BRUNO ALVES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 0811334-09.2020.8.15.0000).

O impetrante reclama de falta de fundamentação da sentença quanto à participação dos réus nos crimes imputados, relativamente à dosimetria das penas impostas e negativa do princípio constitucional da isonomia, visto que, sendo absolvido um dos denunciados, que permaneceu preso ao longo da instrução, a situação haveria de se aproveitar a todos os envolvidos.

Requer a concessão da ordem para o paciente apelar em liberdade com a expedição de alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador (fls. 16-20). Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, c, da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio de instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente